



**PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO
MARANHÃO**

O MARANHÃO PRECISA DE UMA ALTERNATIVA SOCIALISTA, CLASSISTA E REVOLUCIONÁRIA

**POLO SOCIALISTA
REVOLUCIONÁRIO**



POLO SOCIALISTA REVOLUCIONÁRIO
POLO SOCIALISTA REVOLUCIONÁRIO
POLO SOCIALISTA REVOLUCIONÁRIO
POLO SOCIALISTA REVOLUCIONÁRIO
POLO SOCIALISTA REVOLUCIONÁRIO
ALISTA REVOLUCIONÁRIO
ALISTA REVOLUCIONÁRIO
ALISTA REVOLUCIONÁRIO



UM CHAMADO À REBELIÃO

Propostas para construir um Maranhão para os trabalhadores



São Luís-MA
2022



Introdução

Reafirmamos que está nas mãos dos trabalhadores e das trabalhadoras, da juventude, dos negros e negras, dos indígenas, Lgbt's, ou seja, dos explorados e oprimidos, proceder as transformações que o Brasil e o Maranhão precisam.

O Maranhão é um dos estados mais empobrecidos da federação brasileira, apresentando indicadores sociais e econômicos semelhantes aos dos países mais pobres do planeta. Com Índice de Desenvolvimento Humano IDH: 0,687 (2017), ocupa a 26ª posição no país.

No que concerne à renda familiar per capita (por membro da família), nosso estado ocupava, em 2021, o último lugar no ranking nacional, segundo dados do IBGE, com o valor de R\$ 635,00. A média do país era de R\$ 1.367,00, em 2021.

Não é à toa que, em março de 2022, o MA tinha 1.107,306 beneficiários do Auxílio Brasil, mas apenas 530.895 pessoas trabalhando com carteira assinada. De acordo com dados de organizações internacionais, em 2019, quase 20% da população maranhense vivia com renda mensal abaixo de R\$ 145. Ou seja, com essa quantia, pais de famílias tinham de se dividir entre comida, higiene, material escolar, entre outros. O estado com a maior proporção da sua população (14,4%) em situação de extrema pobreza, isto é, com rendimentos abaixo de 2 dólares por dia.

Por outro lado, é importante asseverar que nos últimos anos o Maranhão teve um crescimento do PIB, bem acima do PIB nacional. Esse resultado deve-se à expansão do agronegócio e extração de minérios. O estado retém no bolo nacional a fatia de 1,3% (2019), com um Produto Interno Bruto - PIB de 78 bilhões, 17º posição entre os estados. Já quanto ao PIB per capita é de R\$ 13.757,94 ocupa a 27ª posição, a última no ranking nacional. Estes dados demonstram que modelo de desenvolvimento maranhense, baseado em exportação de produtos primários, apenas serve para enriquecer os que se beneficiam da exportação de commodities (agronegócio, minérios) e a população permanece na pobreza, expulsa de suas terras e do trabalho, e sem condições mínimas de sobrevivência.

Esses dados são espantosos se pensarmos em todas as potencialidades do nosso território: População: 7.153.262 pessoas (2021), 12º maior população do país, segundo maior litoral do Brasil, maior área de mangue (36%) do país, com 12 bacias hidrográficas, uma grande quantidade de rios perenes (Parnaíba, Itapecuru, Tocantins, Gurupi, Munim, Mearim, Pindaré, Maracaçumé, Turiaçu, Picumã, Preguiças, do Peraiá). O estado do Maranhão localiza-se numa zona de transição, apresentando aspectos geoeconômicos diferenciados: o Sertão – a região semi-árida, com vegetação de caatinga e mata de cocais, depressões, rios temporários, solo pedregoso e baixo índice de pluviosidade; a Floresta Equatorial Amazônica – cujas



terras são férteis, possuindo rios perenes e elevado índice pluviométrico. Nessa região são expressivas a questão indígena e os conflitos agrários, economicamente destacam-se o extrativismo e a expansão agropecuária; o Cerrado – região de semi-árido e solo com baixa produtividade, onde está instalado o polo de produção de soja para exportação a partir de produtores do centro-sul do país; e o Litoral.

Todas essas potencialidades naturais contrastam com o empobrecimento e com a situação de miséria em que foi colocada a população maranhense. Condições de pauperismo que não tem causas naturais, mas sim um processo histórico marcado pela exploração, opressão e humilhação do nosso povo, com a apropriação da riqueza pelas oligarquias e poderosos, ora vitorinismo, ora sarneys (estes últimos perduraram por quase 50 anos) e , agora, a dinista. Importante registrar que, apesar da queda da Oligarquia Sarney, o governo Flávio Dino não está sendo capaz de modificar esse quadro, seguindo o mesmo modelo de crescimento econômico que privilegia o grande capital nacional e transnacional. E no momento atual, volta a se juntar com o Sarneysmo nesta eleição.

O estado tem sido um espaço importante, de expansão da fronteira de exploração pelo imperialismo, onde encontram força de trabalho abundante e disponível a baixo custo, natureza (energia, águas, fauna, flora, minérios, matérias-primas diversificadas), burguesia e governos completamente submissos. Assim, foi incluído na nova divisão internacional do trabalho nos anos 1980, como espaço de transnacionalização do capital: espaço de transformação de minérios pelas empresas CVRD, ALUMAR, METALMAN; implantação da Base Espacial em Alcântara, termelétrica do Itaqui, exploração de outro e gás, as siderúrgicas na Região Tocantina, Pindaré e Rosário além da dinamização do setor primário (modernização da agricultura, expansão da pecuária para exportação).

Importante também registrar a localização estratégica da Ilha de São Luís e a capacidade portuária para exportação marítima dos produtos; e também por elementos de ordem política: interesses de grupos econômicos locais e estrutura oligárquica associada a interesses de grupos estrangeiros, assim como a intervenção decisiva do Estado, criando todo um conjunto de políticas consoante com os interesses desses grupos.

Todas essas potencialidades econômicas estão na mira do capital nacional e internacional que visam, nas próximas três décadas, promover uma verdadeira rapina dos recursos naturais existentes, a exemplo do minério, recursos hídricos, petróleo, gás natural, ouro, entre outros. Podemos presenciar o maior saque de riquezas de toda a nossa história diante do rápido processo de recolonização que sofre todo o país.



A lei do desenvolvimento desigual e combinado nos ajuda a compreender que, apesar da situação diferenciada do ponto de vista socioeconômico, o estado assume tarefas bem específicas na dinâmica global do grande capital internacional: fornecedor de matérias-primas e commodities (soja, celulose e minérios).

Diante desse quadro, é que o PSTU participará das eleições 2022 para denunciar a condição de vida do nosso povo, e apresentar um programa classista e socialista para a classe trabalhadora, convocando-a a se rebelar contra o atual estado de coisas e mudar a situação. Cabe ao povo trabalhador maranhense usufruir dessa riqueza, gerada por ele, e das potencialidades existentes em nosso território. Nossas candidaturas estarão a serviço das lutas, assim como do fortalecimento de uma alternativa socialista, não só eleitoral, mas principalmente para a ação direta da classe.

Isso vale tanto para a campanha eleitoral quanto para nossos eventuais mandatos. Queremos ter parlamentares para denunciar esse sistema, defender e fortalecer as lutas. Nossa estratégia é levar os próprios trabalhadores ao poder, para que governem por si próprios através de suas organizações e conselhos populares.

Por isso, os nossos parlamentares são diferentes. Rejeitam os altos salários e privilégios do parlamento. Defendemos que todos os parlamentares recebam o salário equivalente ao de um operário qualificado, não receba um salário maior do que recebe hoje e que seus mandatos possam ser revogados a qualquer momento. Ou seja, se algum político prometeu algo e, uma vez eleito, fez outra coisa, a população deve ter o direito de tirar o seu mandato.

Nossa campanha, juntamente com as candidaturas de Vera Lúcia e Raquel Tremembé à presidência da República, defenderá outro projeto de Maranhão e de Brasil, rompendo com o predomínio do agronegócio, dos latifundiários e dos "coronéis". Um Maranhão livre da oligarquia e livre de governos de conciliação de classes, como o de Flávio Dino (PSB). Este que foi eleito com as esperanças do nosso povo de ver e viver dias melhores, mas mantém o padrão de favorecimento dos ricos, um crescimento econômico que passa por cima das comunidades tradicionais, como fizeram na instalação de grandes projetos no estado, e, mais recentemente, na busca por excluir do mapa a comunidade Cajueiro e as 12 comunidades que lutam pela criação da Resex Tauá-mirim, a partir da perspectiva de instalação de um novo porto privado e de novos investimentos.

Lutamos por uma sociedade que ponha fim em toda forma de opressão e discriminação, como o racismo, o machismo, a lgbtifobia, o capacitismo, a xenofobia etc. Uma sociedade que respeite os direitos dos povos indígenas e das comunidades quilombolas e populações tradicionais, assegurando demarcação, titulação e posse de suas terras e respeitando sua cultura e seu modo de vida. Uma sociedade que



acabe com toda a violência contra os setores mais desprotegidos e que assegure a todas e todos não apenas condições materiais para uma vida digna, mas também acesso ao conhecimento, à cultura, ao lazer e a toda liberdade necessária para sua realização plena como seres humanos.

Entre o socialismo e a barbárie, defendemos o socialismo. Levantamos essa bandeira com orgulho. Ainda somos uma minoria. Mas queremos levar essas bandeiras e essas reflexões para o conjunto dos trabalhadores e jovens desse país.

Queremos um governo dos trabalhadores, construído nas ruas, nas lutas e nas mobilizações, e para isso apresentamos nossas propostas.

Defendemos:

1. Acabar com o desemprego, com a fome e com a precarização do trabalho

Conforme apresentamos, o MA é um estado rico e de pessoas ricas, mas de uma grande maioria pobre e que não tem direito às políticas públicas de educação, saúde, trabalho, moradia, saneamento, cultura, direito à terra.

A fome e a miséria precisam ser atacadas de imediato. E não bastam medidas superficiais, como os auxílios emergenciais, ainda que nesse momento eles sejam, sim, necessários. A ideologia de “governar para todos” é uma ilusão. Ou se governa para os trabalhadores ou para as grandes empresas. Infelizmente a lógica dos governos que passaram no Maranhão, inclusive o atual, é dizer que governa para todos, mas, na verdade, governa para os grandes empresários do campo e da cidade.

Para acabar com a fome e a miséria dos nós propomos reverter a lógica capitalista. A sociedade deve estar organizada para garantir aos trabalhadores boas condições para comer, vestir, morar, ter saúde e educação gratuitos e de qualidade e uma vida cultural livre e rica. E para isso, o primeiro ponto é garantir empregos e salários decentes para todos os trabalhadores.

Para empregar a todos, é necessário um grande plano de obras públicas para construir casas populares (e assim suprir o grande déficit habitacional), saneamento básico, hospitais, escolas, creches, espaços culturais, estradas e meios de transporte público e de massa.

2. Auditoria da dívida pública do Estado

O Governo Federal gastou em 2021 o percentual de 50,78% (mais da metade) do seu orçamento de 3,861 trilhões de reais no pagamento da dívida pública (juros e amortizações), ou seja, de tudo o que o governo arrecada em impostos, quase metade vai para os bolsos dos banqueiros e investidores internacionais. Boa parte dos recursos que deveriam ser transferidos aos demais entes da federação são retidos para o pagamento da dívida dos Estados e municípios.

O Maranhão está endividado, através de grandes empréstimos tomados pelos governos anteriores (grupo Sarney) e atual (Flávio Dino-Brandão/PSB) para projetos de interesse das grandes empreiteiras e de políticos corruptos e não para a prestação de serviços de qualidade para população. Uma demonstração disso são os indicadores sociais que não evoluíram e, até pioraram, nas últimas décadas apesar do crescimento do endividamento do Estado.

As dívidas dos Estados também sofreram uma explosão com passivos de bancos (PROES) transformados em dívida pública, na década de 90. A Lei Kandir (governo FHC/PSDB) que renegociou essas dívidas e impôs severas condições aos estados como perdas de receitas (ICMS), como no caso da exportação de commodities (agronegócio e minérios), principal atividade econômica do estado do Maranhão, desde a década de 1970, sem que tivessem recursos correspondentes repassados pela União.

Esse crescimento do comprometimento do orçamento com a dívida pública federal cresceu após a EC 95 que congelou os investimentos no serviço público (saúde, educação, moradia, transporte etc...), mas que não incluiu dentre os setores congelados o pagamento da dívida, isto é, esses repasses para os banqueiros podem continuar aumentando ano após ano. Em 2022, a previsão é de comprometimento de mais de 52% do orçamento, destinando 2,47 trilhões para pagamento de juros e amortização da dívida, de um total de 4,7 trilhão do orçamento geral da União. O texto destina R\$ 34,7 bilhões ao programa Auxílio Brasil, que substitui o Bolsa Família. O aumento de 235 bilhões para pagamento da dívida em 2022 é quase o dobro do que está previsto para ser investido na educação (120 bilhões) e mais que o dobro do que será disponibilizado para o programa Auxílio Brasil (89,84 bi). Enquanto para Saúde ocorreu uma redução de 20% no orçamento de 2022, sendo previsto 160,4 bi para o ano.

No Maranhão, até julho de 2022, já foram pagos mais de R\$ 906 milhões de encargos financeiros, que inclui juros/amortização da dívida para os bancos. Esse valor corresponde a aproximadamente 10% do total do orçamento executado este ano, recurso superior ao que foi gasto com saneamento (152 milhões), agricultura



(75 milhões), cultura (59 milhões), habitação (18 milhões), trabalho (13 milhões), organização agrária (7 milhões) como exemplos.

Por tudo isso, defendemos a suspensão do pagamento e uma ampla auditoria da dívida pública do estado do Maranhão e de todos os empréstimos tomados pelos governos últimos anos e a responsabilização e punição de todos os administradores públicos e empresas envolvidas em atos de improbidade com o dinheiro público.

3. Serviços públicos, gratuitos e de qualidade para todos

Os serviços públicos são partes fundamentais da qualidade de vida da população, e têm sido precarizados e sucateados conscientemente pelos planos neoliberais. A burguesia, ao contrário, pode pagar por esses serviços, sendo uma enorme demonstração da desigualdade. Nós propomos inverter essa lógica, assegurando serviços públicos gratuitos e de qualidade para a maioria da população maranhense.

Durante a pandemia, o sistema de saúde pública do SUS chegou ao colapso em vários estados, sem vagas de UTIs, sem oxigênio e anestésicos. Enquanto isso, ocorreu corrupção com dinheiro público, como foi denunciado pela revista Piauí, sendo o Maranhão o estado com mais casos de municípios envolvidos e investigados. Para os ricos não faltaram leitos de UTI e remédios. Para os pobres, a barbárie da falta de leitos. Para os profissionais de saúde, as mortes, a falta dos equipamentos de proteção individuais, a sobrecarga duríssima de trabalho e a falta de pagamento de salários e direitos, como aconteceu e ainda acontece no Maranhão.

No Maranhão, inclusive para garantir o pagamento da dívida pública, o governo do estado se comprometeu com seus credores a limitar as despesas com o serviço público e salários dos servidores, apesar de ser um dos estados que menos gasta com pessoal em relação ao percentual da receita corrente líquida (RCL), totalizando 33,6%. Por isso, vem praticando uma política de precarização dos serviços públicos oferecidos à população, um arrocho salarial aos servidores, desrespeito e descumprimento de uma série de acordos com várias categorias, como faz com os professores ao descumprir o estatuto do educador e a não implementação da Lei do Piso, com os policiais militares e civis e servidores do executivo, que somente no governo Flávio Dino/Brandão chegam a perdas de até 61% em sua remuneração. Além disso, o atual governo entrou com várias ações rescisórias para retirar direitos conquistados pelos servidores, como em relação aos 27,1% e a URV.

A Lei de Responsabilidade Fiscal promulgada no governo FHC (PSDB), continuada nos governos Lula e Dilma (PT), a EC 95 do governo Temer (MDB) e vários projetos aprovados no governo Bolsonaro (PL), como a EC 109 que cria um ajuste fiscal para limitar aumento salarial aos servidores e concursos públicos, não primam pela qualidade social no serviço público e a população e servidores seguem tendo um serviço público precarizado em detrimento de verbas públicas para banqueiros e investidores.

Defendemos imediatamente o cumprimento integral dos acordos realizados com as categorias do serviço público estadual, concurso público para todas as áreas, respeito e atualização dos planos de carreira do funcionalismo estadual e garantia dos pagamentos dos precatórios que os servidores têm direito, mas que não é pago pelo governo estadual. Defendemos aumento real de salário para servidores estaduais. Somos contra qualquer política de isenção e renúncia fiscal para empresários e defendemos o imposto sobre grandes fortunas para garantir a ampliação de políticas públicas para a maioria da população.

4. Reestruturação, reestatização das empresas e companhias estaduais privatizadas e liquidadas

Realizaremos a reestruturação e reestatização das empresas e companhias estaduais privatizadas e liquidadas levadas a cabo durante os governos do grupo Sarney. Marca desse processo de destruição do patrimônio dos maranhenses ao capital privado foi a entrega de empresas como a Companhia Industrial de Produtos Agropecuários do Maranhão - COPEMA, a CEMAR e o Banco do Estado do Maranhão (BEM), este último, que deveria cumprir um papel de fomento e apoio creditício e financeiro ao desenvolvimento socioeconômico do estado, foi vendido a um preço bem abaixo dos valores gastos com seu saneamento (333 milhões).

Criaremos meios para a reestatização da CEMAR, revogação da privatização do BEM e criação de uma companhia nos moldes da COPEMA, além de um fortalecimento da CAEMA pública e de qualidade, para que possam servir aos interesses do estado e da grande maioria da população.

5. Defesa da Natureza, reforma e revolução agrária

O capitalismo não só leva a superexploração dos trabalhadores a elementos de barbárie. Também degrada o meio ambiente de uma forma brutal. A exploração capitalista usa mais recursos naturais do que se pode recompor naturalmente, e tudo isso para alimentar um consumismo desnecessário à população, mas fundamental



para o lucro das grandes corporações econômicas. E isso está empurrando o planeta a uma degradação do meio ambiente tal que pode questionar a existência da humanidade.

Essa dominação capitalista imperialista faz com que o Brasil e o Maranhão tenham seus centros econômicos determinados pelo mercado mundial. É isso que faz com que hoje exista uma lógica de desindustrialização e reprimarização e a destruição da natureza.

O aumento de 1° na temperatura que existe hoje, já está provocando mudanças importantes no clima, com secas, inundações. A ameaça da ultrapassagem do limite de aquecimento de 1,5° em dez ou vinte anos, provocando lesões irreversíveis em nosso planeta é uma demonstração da urgência na defesa do meio ambiente. Bolsonaro é um defensor aberto da agressão ao meio ambiente, para maximizar os lucros da burguesia. Em 2019 e 2020 foram desmatados 21 mil quilômetros quadrados da floresta amazônica, os piores índices desde 2008.

A defesa da "passagem da boiada no meio ambiente" por seu ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, é outra expressão disso. Mas o problema não é só Bolsonaro. No mundo todo, os governos de "esquerda" e de "direita" fazem conferências e acordos que não mudam nada. Não mudam porque dá mais lucros para as grandes empresas seguir atuando como agora.

Sem uma ruptura com o capitalismo, a humanidade está ameaçada. É necessário impor um desenvolvimento econômico em acordo com as necessidades dos trabalhadores e da população e da preservação da natureza. E, para isso, é fundamental enfrentar as grandes empresas para defender o meio ambiente. Isso significa expropriar as madeireiras que queimam a Amazônia. Significa contribuir para evitar novos desastres ambientais e impor normas para redução da emissão de carbono, com a expropriação das empresas que as rompam. É preciso desenvolver fontes limpas de energia, como a eólica e outras, garantindo o respeito dos territórios e à natureza, além de ampliar a geração de energia elétrica com preservação ambiental.

Houve uma modificação radical no campo brasileiro nas últimas décadas, com o avanço das grandes empresas agropecuárias voltadas para a exportação. O resultado é de lucros altíssimos para a burguesia agrária e miséria e fome para os trabalhadores. Nunca a produção agropecuária foi tão alta, nunca a fome do povo foi tão grande.

Por outro lado, a agricultura familiar dos pequenos camponeses é responsável pela produção de 70% dos alimentos do povo brasileiro, e vive em situação extremamente precária, sem financiamento nem apoio técnico por parte do Estado, inclusive no Maranhão, esmagada pelas grandes empresas do agronegócio e da



pecuária. A mecanização do campo com uso de alta tecnologia, que poderia significar um avanço, trouxe um brutal desemprego com massas de trabalhadores vindo para a cidade. A produção é voltada para a exportação, sem se preocupar com a alimentação do povo brasileiro e maranhense.

O resultado é o atual, com altíssima inflação porque os preços do que produzimos no Brasil são os preços do mercado mundial, já que grande parte do que se produz com o agronegócio não serve para a alimentação das pessoas. Além disso, os pequenos camponeses seguem sem terras e sem financiamentos. Nós propomos mudar completamente essa situação. O aumento na produção agropecuária deve servir para acabar com a fome do povo brasileiro. A prioridade para a produção deve ser a alimentação do povo brasileiro, com a exportação dos excedentes. Junto com isso, defendemos uma reforma agrária ampla, com distribuição de terras aos sem terras, sob controle dos trabalhadores. E defendemos também o financiamento da produção e ampla assistência técnica aos pequenos produtores.

Todo este cenário de favorecimento das grandes empresas do agronegócio gera uma degradação da natureza e ampliação da violência no campo. O Maranhão é um dos estados com maior índice de violência no campo, resultado da grande concentração de terra e desse avanço do agronegócio. Além das raízes históricas da apropriação de terras no Brasil através das sesmarias, do latifúndio monocultor que vigorou em todo Brasil no período colonial e imperial, vale destacar a Lei de Terras de 1969 do governo Sarney, aliado da ditadura militar, aprofundou a concentração fundiária através da venda das terras maranhenses a grandes empresários do sul e sudeste, desconsiderando toda a população que nelas viviam há várias gerações. Isso acentuou a violência, a grilagem de terras e a expulsão dos trabalhadores, apoiada pelo aparato estatal (governo, cartórios, judiciário e polícia).

No ano passado, o escritório da CPT no Maranhão registrou 203 conflitos por terra em áreas rurais do estado, envolvendo 20.864 famílias. No primeiro semestre de 2021, foram registrados quatro homicídios e uma tentativa de homicídio. Somente em 2021, nove pessoas foram mortas em conflitos por terra no estado, segundo dados da CPT Nacional, colocando o estado em segundo lugar do número de mortes no campo e primeiro em conflitos. Em 2022, mais duas pessoas foram mortas. Se considerarmos de 2015 a 2022, durante os governos de Flávio Dino/Brandão(PSB) 43 quilombolas, indígenas e camponeses foram mortos no Maranhão.

Precisamos de uma verdadeira reforma e revolução agrárias, para garantir trabalho e renda, alimentos para a população a um preço mais barato, além de garantir territórios aos povos tradicionais e originários, seus verdadeiros donos e quem realmente produz.



É preciso enfrentar o latifúndio agroexportador, combater a grilagem de terras, as milícias e a pistolagem, julgar e prender os assassinos e mandantes dos crimes.

Apoiamos as retomadas dos territórios por indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, pequenos agricultores e ribeirinhos.

6. Agricultura e Pesca

A agricultura e pesca estão abandonadas no estado, pois o investimento governamental é no agronegócio e em grandes projetos agrícolas para o grande capital. O governo Roseana Sarney desestruturou todo o sistema de apoio e assistência técnica aos pequenos agricultores e nenhum outro governo retornou os investimentos na área.

O PSTU fará um novo zoneamento agrícola e ecológico que possibilitará verificar quais as melhores áreas para produção de várias culturas no estado, seguindo as peculiaridades de cada região, como o caso do aproveitamento integral do babaçu, do buriti, do bacuri, da juçara, dentre outros. O PSTU condena o uso de agrotóxicos e incentivará a agroecologia.

O PSTU fortalecerá a política e os órgãos de assistência técnica e extensão rurais e apoio financeiro por parte do Estado, com o objetivo de fornecer alimentos e matérias-primas à população e fortalecer a economia maranhense. A UEMA, que possui os cursos de Agronomia, Zootecnia e Engenharia de Pesca, a AGED, o banco de fomento e demais órgãos estaduais, realizarão estas atividades.

O estado do Maranhão possui a segunda costa marítima do país, a maior área contígua de manguezais, uma bacia espetacular de rios perenes e lagos, além dos campos da Baixada. Mas o que assistimos é o pescador artesanal, os ribeirinhos vivendo à míngua e sendo impedidos de pescar pelo avanço dos grandes empreendimentos, portos, hidrelétricas. Assistimos à destruição, poluição dos nossos rios e marés, acabando com o pescado e manguezais. A lagosta e os peixes mais nobres de alto mar sendo explorados apenas por pescadores e empresas de outros estados, e o incentivo são para empresas com produções estranhas aos biomas aqui existentes, a exemplo da carcinicultura.

A atividade pesqueira, extratora e criatória, necessita de investimentos e infraestrutura para que aumente a produção, hoje bastante limitada e artesanal. Deve fazer parte de uma política que envolva toda uma cadeia produtiva, desde construção de estaleiros navais à elaboração de projetos econômicos e financeiros junto aos pequenos e médios produtores para se explorar o potencial pesqueiro do Maranhão.



7. Mais verbas do Orçamento Estadual para a Educação

A decadência da educação é parte da decadência de todo o país. Existe um sucateamento da educação pública, com verbas muito abaixo das necessidades, desde o ensino fundamental até as universidades. Os professores e todos os funcionários da educação são atacados com baixíssimos salários e condições de trabalho. Junto com isso, cresce uma burguesia da educação, com grandes grupos privados se aproveitando da crise da educação pública.

Nós defendemos uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos, em todos os níveis do fundamental às universidades federais e estaduais. Defendemos o aumento das verbas para a educação e acesso livre as universidades.

É preciso que haja uma expansão qualitativa do investimento para a produção de conhecimento no país, na produção científica e tecnológica nas universidades, mas também para além delas.

Nacionalmente, lutamos por 10% do PIB para a Educação Pública já. No Maranhão, o Governo Roseana Sarney(MDB) gastava o mínimo legal com Educação (25% do Orçamento). O governo Flávio Dino/Brandão(PSB) também vem seguindo a receita da família Sarney. O orçamento de 2022 previu apenas 14,47% do seu montante para educação. As duas farsas diziam e dizem que priorizavam educação.

Essa farsa histórica e atual é responsável pela educação no Maranhão ser uma vergonha nacional com escolas em condições precárias, com um dos maiores índices de analfabetismo do país, evasão escolar no ensino médio, para citar alguns exemplos. O Maranhão é o Estado com a quarta maior taxa de analfabetismo do país (16,6%, em 2019).

O PSTU defende mais investimentos públicos na Educação Pública, elevando para, no mínimo, 10% do PIB estadual, realização de concurso público para professores e técnicos administrativos, melhoria e cumprimento do Plano de Carreira para a categoria, garantia da formação continuada, melhoria das condições de trabalho e na infraestrutura das escolas, escolas em tempo integral, eleições livres e democráticas para diretor de escolas com participação de pais, professores e alunos discutindo inclusive as regras do processo eleitoral.

Em relação à Universidade Estadual do Maranhão, devemos garantir sua autonomia administrativa e financeira, o repasse constitucional de 5% para a instituição, carreira própria e valorização dos técnicos-administrativos, concursos públicos para acabar com a precarização do trabalho na instituição que hoje conta com mais de 500 professores substitutos, recomposição salarial para professores e técnicos que amargam um perda salarial que chega a mais de 50%, garantia da implementação da progressão para titular e associado e que seja por dentro da carreira docente.



O IEMA deve primar pela qualificação profissional que realmente atenda os interesses das comunidades locais contribuindo para a melhoria de vida dos jovens e adultos do Estado, evitando que os mesmos sejam vítimas do trabalho análogo à escravidão. A maior parte dos trabalhadores resgatados nessas condições é originária do Maranhão.

O Estado deve primar pelo diálogo com a UFMA e o IFMA no sentido de coordenarem suas ações juntamente com governo estadual com vistas a contribuir no desenvolvimento social dos municípios maranhenses com piores IDH's registrados.

Defendemos uma educação crítica e reflexiva que efetivamente contribua com a elevação da consciência de classe dos trabalhadores e seus filhos e filhas, discutindo e combatendo de forma articulada ao caráter de classe todas as formas de opressão: machismo, racismo, lgbtfobia.

8. Mais verbas do Orçamento Estadual para a Saúde

A saúde pública definha no país. No Maranhão, o governo Flávio Dino/Brandão manteve o modelo de privatização da saúde, entregando bilhões para empresas privadas gerirem a saúde pública. Empresas que não respeitam os profissionais, atrasam salários por meses, não pagam os direitos e prestam um péssimo serviço nas UPA's e hospitais.

De acordo com o relatório da ONU, o Maranhão é o segundo estado do país que mais depende do SUS, com 93,1% da população necessitando do serviço público. Mas o estado tem a menor taxa de médicos por habitantes, com 8,1 médicos para cada 10 mil habitantes e um dos menores proporções de leitos de UTI por habitante(08 para cada 100 mil habitantes), conforme Datasus/2019.

Os governos que passaram, inclusive o atual, não fez concurso público para profissionais efetivos da saúde. Há mais de vinte anos essa forma de contratação efetiva não ocorre. Somos contra esse modelo de repasse da gestão das unidades de saúde para a Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares (EMSERH), empresa de direito privado criada em 2012 no governo Roseana Sarney, cuja lei foi alterada pelo atual governador para prever contratação temporária, precarizando o trabalho dos profissionais. Isso só comprova a incompetência do governo atual e de todos os anteriores no trato da gestão pública da saúde, além de precarizar as relações de trabalho dos profissionais de saúde que são contratados de maneira terceirizada, quarteirizada pelas empresas/organizações sociais.

Existe no estado um duplo processo de precarização e privatização dos serviços, expressão da falta de investimentos públicos no setor. Priorizaremos em nível estadual o aumento dos recursos no orçamento estadual, prioridade de investimentos na saúde preventiva, garantia de água tratada e esgotamento sanitário para a população, programa de atendimento domiciliar com equipes multiprofissionais, a realização de concurso público para os profissionais da saúde, o respeito à jornada de 30 horas semanais.

9. Reforma Urbana e Plano de obras públicas para resolver o problema da moradia e emprego

Os programas de casas populares Minha Casa Minha Vida, hoje Casa Verde Amarela, além de endividar uma parcela da população com menor poder aquisitivo, são programas que, na realidade, servem como transferência de recursos públicos para as grandes empresas de construção civil. Verificamos também total desrespeito à natureza e ao bem-estar nas cidades. Casas e condomínios são construídos aterrando riachos, mangues, nascentes, destroem a cobertura vegetal de forma desenfreada, inclusive em áreas de proteção ambiental.

Com a expulsão de vários trabalhadores de seus territórios, despejos forçados, mesmo contingenciado durante a pandemia, aumento da pobreza e do desemprego, o dramático déficit habitacional do MA permanece. Em 2019, o Maranhão ocupava a terceira posição no Brasil, com 15,2%, segundo o estudo do Instituto João Pinheiro (IJP), além de aproximadamente 10% das residências maranhenses são consideradas precárias afetando duramente a qualidade de vida dos trabalhadores.

Defendemos um Plano de obras públicas para a construção de moradias e zerar o déficit habitacional, postos de saúde, escolas, avenidas e arruamento, saneamento básico, etc. que possa ao mesmo tempo avançar na questão de reduzir o nível de desemprego e na falta de habitações dignas para a população mais pobre.

Defendemos também a desapropriação dos imóveis dos grandes proprietários que vivem da especulação imobiliária. Isso possibilitaria a ocupação desses imóveis por uma parte da população sem teto.

10. Saneamento básico para todos

Existem seríssimos problemas de saneamento, esgotos, abastecimento água e iluminação nos bairros populares. Existem 31,3 milhões de pessoas que não tem acesso a água encanada e 74 milhões (37% da população) não tem acesso a esgotos no país. Da mesma forma faltam equipamentos urbanos básicos como escolas e unidades de saúde (lazer, esporte, cultura). Essa brutalidade ocorre em um país que tem uma das maiores economias do mundo.

E o Maranhão ocupa as últimas posições do ranking do país no que se refere ao Saneamento Básico. Milhares de famílias ainda não possuem acesso à água encanada, esgoto tratado e coleta de lixo adequado. Segundo informações do SNIS em 2019, apenas 48,4% da população é atendida com abastecimento de água, enquanto somente 11,5% possuem coleta de esgoto em suas residências.

O PSTU denuncia o desmonte praticado pelos sucessivos governos na administração da CAEMA (Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão). Atualmente, boa parte dos serviços da empresa estão terceirizados através de contratos superfaturados e enchendo o bolso de vários funcionários de fora do quadro. Realizaremos concurso público para todos os cargos da carreira dos caemeiros para por fim à terceirização e a farra com o dinheiro público.

Para universalizar o saneamento no Maranhão é necessário que o governo aporte recursos suficientes para revitalizar e garantir a ampliação dos sistemas de abastecimento/tratamento de água e esgotamento sanitário.

O PSTU fortalecerá a Caema com um modelo de gestão estadual, capaz de garantir custo médio e assim assegurar uma tarifa para o usuário mais acessível. Da mesma forma, assegurará melhores condições de trabalho e salário para os trabalhadores da empresa. Discutirá e implementará na Caema um modelo de gestão participativa dos trabalhadores e externamente garantirá a participação dos usuários nos conselhos de saneamento básico.

Buscará manter boa relação com os municípios a fim de que estes tenham seus planos de saneamento básico e não privatizem o acesso à água e ao esgotamento sanitário. Infelizmente, devido a falta de investimento estatal dos governos, as estatais ou autarquias dos Estados de Acre, Amazonas, Maranhão, Pará, Piauí, Roraima e Tocantins não comprovaram ter capacidade de investir para universalizar os serviços nas regiões atendidas conforme cobra a nova lei 14.026/20 que atualizou o marco legal do saneamento básico e que foi aprovada no governo Bolsonaro e que tem o objetivo de privatizar os sistemas de água e esgoto no país, em vigor desde julho de 2020.



Segundo a Agência Nacional de Água (ANA), precisa-se de um investimento de 2,15 bilhões em infraestrutura de produção e distribuição de água para assegurar a universalização, até 2035, no Maranhão. Em São Luís, por exemplo, 63,78% da água é perdida na distribuição. Mais do que nunca, a gestão do planejamento deve continuar sob responsabilidade dos municípios e ampliando, melhorando o atendimento da CAEMA que hoje cobre 142 sedes de municípios, assegurando-se a participação popular. O PSTU envidará esforços para reestatização do sistema nos municípios onde foram privatizados, como em Paço do Lumiar e São José de Ribamar e Imperatriz (ainda em disputa judicial) e ampliar a capacidade da CAEMA para prestar um serviço de qualidade à população do Maranhão. Saneamento é saúde e um direito, não é mercadoria.

11. Cultura

Todo apoio a criação cultural! A criação cultural tem sido severamente atacada e restringida. Tanto pela repressão do governo de ultradireita de Bolsonaro, como pelos limites impostos pela grande mídia e a estrutura cultural burguesa. Nós defendemos a mais plena liberdade de criação cultural. Abaixo todos os tipos de censura!

Defendemos também o apoio estatal para a criação e difusão da cultura popular musical, poética, plástica, do teatro e cinema. Defendemos a construção de espaços artísticos nos bairros populares que permitam a expressão e desenvolvimento de nossos artistas e da juventude.

O Maranhão possui uma grande diversidade de manifestações culturais que se apresentam durante todo o ano, mas, infelizmente, os artistas da terra são desvalorizados e um grupo seleto da cultura local, que possui apadrinhamento e ligações políticas com o governo, recebem quase a totalidade dos recursos investidos na cultura estadual.

O Estado não pode se apropriar da cultura, muito menos tentar instrumentalizá-la para usar em seu benefício. Tem o papel de estimular cada vez mais a criação, acesso e desenvolvimento das múltiplas expressões da cultura em nosso estado.

Implantaremos uma política de valorização da cultura, de forma democrática e igualitária, garantindo orçamento e financiamento para as práticas culturais, espaços públicos permanentes para as apresentações e buscando o pleno funcionamento do Conselho Estadual de Cultura.

O Estado deve construir centros culturais e organizar festivais artísticos como forma de estimular as diversas linguagens artísticas presentes na cultura maranhense.

É preciso também ampliar a noção de cultura para inclusive respeitar o modo de vida das comunidades e populações tradicionais assegurando-lhes total capacidade de reprodução de sua existência, desde suas manifestações artísticas até seu modo de sobrevivência material ameaçado pelas iniciativas de grandes projetos econômicos que expulsam várias dessas comunidades.

12. Combate ao racismo, machismo e LGBTfobia

As opressões são fomentadas e utilizadas para dividir a classe trabalhadora e para ampliar a exploração. Dessa forma, vai estratificando os trabalhadores: explorando todos e superexplorando os oprimidos.

A nossa tarefa é lutar contra a opressão dentro da classe trabalhadora, com os seus oprimidos na vanguarda, para desde aí combatê-la em toda a sociedade. Só assim vamos unir a nossa classe, mantendo a independência de classe, e tendo como aliados os setores populares e a juventude, na luta contra a opressão, a exploração e o sistema capitalista-imperialista.

Uma luta diária, que inclua em sua pauta conquistas políticas e avanços nos direitos democráticos dos oprimidos, como legislações que garantam igualdade de oportunidade e direitos iguais, combatam a discriminação e a violência, legalizem o aborto, o casamento gay, criminalizem a LGBTfobia, punam o racismo, permitam maior representatividade nos espaços.

Contra o racismo! Pelo fim do genocídio da juventude negra!

Este ano completou 134 anos da abolição da escravidão. Fazendo um balanço da situação da população negra pode-se concluir que, apesar da população negra ter produzido toda a riqueza do país no período colonial e imperial por quase quatrocentos anos, após a abolição o Estado brasileiro racista não promoveu nenhuma política séria e permanente de reparação ou compensação pela escravidão. Ao contrário, o projeto desenvolvido foi de genocídio. A consequência: violência, genocídio, feminicídio, menores salários, desemprego, precarização, terceirização, informalidade, encarceramento, periferias sem condições dignas de moradia, etc.

Algumas reivindicações do povo negro foram postas em lei no Brasil, em especial nos anos do governos da frente popular (Lula/Dilma). Dentre essas podemos citar: o estatuto da Igualdade Racial, as cotas para as universidades, a Lei 10.639 que institui o ensino da história da África e dos afro-descendentes no Brasil.



Porém, isso em pouco modificou as condições reais da população negra de Norte a Sul do Brasil. Analisando os dados verificamos que a situação é gravíssima: dados da própria ONU revelam que de cada 10 pessoas assassinadas, 7 são negras. A cada 2 horas 5 jovens negros entre 15 a 29 anos são assassinados. De 2005 a 2015, enquanto a taxa de homicídios por 100 mil habitantes teve queda de 12% para os não-negros, entre os negros houve aumento de 18,2%. 23 mil jovens negros são assassinados a cada ano. As jovens negras têm, na média nacional, 2,19 vezes mais probabilidade de serem assassinadas do que as jovens brancas. Brasil é o 5º maior em homicídio de mulheres. Em 10 anos o feminicídio decaiu em 9,8% entre as mulheres brancas e cresceu em 54% entre as negras (Mapa da Violência 2017/ Flacson). Se olharmos para o encarceramento os dados mostram que em junho de 2016 a população carcerária era de 726.712, desses 68% são negros e 250 mil são presos provisórios. 75% são analfabetos, alfabetizados informalmente ou com o ensino fundamental completo. (Dados do Infopen). O Maranhão é um dos estados mais negros da federação, com cerca de 70% identificados como negros e pardos (segundo a classificação do IBGE). – atualizar dados

Herança do período da escravidão que não foi superado, o Brasil é, ao contrário do que diz o mito da democracia racial, um país racista. O PSTU se orgulha de ter feito parte da história do movimento negro no Brasil e entende que a luta contra o racismo é uma luta de raça e classe. O PSTU defende uma política de combate ao racismo e de reparação ao povo negro: titulação das terras dos quilombolas, fim do latifúndio e do agronegócio; descriminalização e legalização das drogas; desmilitarização da polícia militar, fim da intervenção militar nas comunidades do Rio de Janeiro; fim de toda legislação repressiva e de criminalização contra os pobres, negros/negras, lutadores e lutadoras, fim das perseguições às religiões de matriz africanas, fim da violência contra as mulheres negras, estupros, feminicídio. Fim da Lgbtfobia e transfobia. Educação, saúde, transporte, públicos gratuitos e de qualidade. Geração de emprego e renda.

Combater duramente o machismo

A pandemia evidenciou com todas as cores a desigualdade da mulher na sociedade. As mulheres trabalhadoras foram as mais duramente atacadas pela pandemia e a crise econômica. A violência machista atinge elementos de barbárie, com o aumento das agressões domésticas, dos abusos sexuais e dos feminicídios. No cotidiano da maioria das mulheres, segue havendo o assédio sexual generalizado.

A naturalização pelas tarefas domésticas e de cuidados fez com que a sobrecarga de trabalho no lar causada pelo confinamento recaísse quase que exclusivamente sobre as mulheres. Metade das brasileiras passou a cuidar de alguém durante a pandemia, índice ainda maior para as mulheres do campo (62%) e as negras (52%). As mulheres também foram as mais duramente afetadas pelo desemprego a pobreza e a fome. O desemprego feminino é quase 50% maior do que o masculino, além da diferença salarial em relação aos homens.

A criminalização do aborto condena à morte ou sequelas todos os anos milhares de mulheres pobres, sendo essa a quarta causas de mortes maternas. O mesmo Estado que nega o direito às mulheres de decidir sobre seus corpos, não garante as condições para as mulheres trabalhadoras exercerem a maternidade com dignidade.

Para a mulher negra a situação é agravada pela combinação de machismo e racismo. As mulheres negras são a maioria das vítimas da violência, do desemprego e da pobreza, das mortes maternas, sendo que o salário médio da mulher negra equivale a 40% do salário de um homem branco.

O machismo e a exploração seguem matando as mulheres no Brasil e no Maranhão. A violência e o feminicídio crescem assustadoramente no Maranhão. Somente em 2022 foram 30 mulheres assassinadas no estado. No Brasil, o assassinato de mulheres negras representa 65% dos casos.

Por isso defendemos: Não ao machismo e à violência contra as mulheres! Basta de assédio e feminicídios! Aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha! Delegacias especializadas com funcionamento em tempo integral e fácil acesso para as mulheres! Centros de referência e casas abrigos para as vítimas e seus filhos em todas as cidades! Punição aos agressores! Fim da dupla jornada e socialização do trabalho doméstico! Lavanderias públicas e ampliação dos restaurantes comunitários! Creches e escolas em tempo integral para todos os filhos e filhas da classe trabalhadora, centros de lazer e convivência de idosos e serviços de apoio para todos que necessitam de cuidados especiais! Emprego, direitos e renda! Igualdade de oportunidades! Trabalho igual para salário igual. Direito à maternidade! Cobertura integral e qualidade da assistência pré-natal, assistência humanizada! Direito ao aborto: Educação sexual para decidir, contraceptivos para não engravidar, aborto legal e seguro para não morrer!

Pelo fim da opressão LGBTIfóbica

A violência contra os LGBTIs, o assassinato de pessoas trans são facetas duras e cada vez mais frequentes da opressão. A marginalização de gays, lésbicas e, principalmente, transexuais e travestis aumentou na pandemia, sendo empurrados para o desemprego, o subemprego ou o trabalho precarizado, quando não para a prostituição.

O Brasil também é o país que mais mata LGBTs. Dados demonstram que a cada 19 um LGBT é assassinado. Em 2017 foram registrados 445 casos de assassinatos de homossexuais segundo o levantamento do Grupo Gay da Bahia. De acordo com a ONG Transgender Europe, entre 2008 e junho de 2016, 868 travestis e transexuais perderam a vida de forma violenta.

O capitalismo utiliza as opressões para explorar ainda mais enormes setores da classe trabalhadora. O racismo, o machismo e a homofobia, além de dividir a classe, são usados para aumentar os lucros do capital, além de significar, para esses setores, uma brutal violência diária, seja pelo preconceito e discriminação, seja pela violência policial.

Defendemos a aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha, o fim do genocídio da população negra e dos LGBTs, assim como a criminalização da homofobia.

No governo do PSTU teremos políticas de combate a qualquer discriminação e a homofobia será combatida com muita força, pois não aceitamos qualquer discriminação. Será garantida a Lei estadual nº 844/06 que dispõe sobre penalidades aos que praticam discriminação em virtude da orientação sexual.

Em defesa dos povos originários

Existe um ascenso hoje das lutas indígenas em defesa da demarcação imediata de suas terras e contra o "marco temporal". Os indígenas são cerca de 900 mil pessoas de 254 povos distintos. Eram de 2 a 4 milhões de pessoas, de cerca de 1000 povos diferentes, quando da chegada dos europeus. (dados do IBGE) Isso dá a dimensão do genocídio praticado contra esses povos originários. Como parte de suas lutas, conquistaram a obrigação constitucional de demarcação de terras indígenas, a defesa da manutenção do modo de vida e proteção social. Essas terras são não só o seu espaço natural e meio de sobrevivência, como obstáculos para a destruição ambiental. Por isso, os indígenas sofrem uma grande pressão para a não demarcação de suas terras para que sejam ocupadas pelo agronegócio e para exploração de madeira e minérios.

Fora da Amazônia, vivem aproximadamente 45% dos indígenas, em meio a confinamento, muita violência e miséria. Das 298 terras indígenas fora da Amazônia, 146 ainda não tiveram seu processo de reconhecimento finalizado, aonde vivem 45% da população indígena. Os índios lutam por suas terras ancestrais, roubadas por grileiros e os jagunços das grandes empresas. Existe o conflito aberto nessas regiões, e a luta no STF, onde as grandes empresas do agronegócio querem impor o “marco temporal”, ou seja, o retrocesso da constituição que assegura aos indígenas o direito a demarcação de suas terras, para restringir aquelas em já existia a ocupação em 1988-

Os povos indígenas têm todo o direito a preservar suas terras, suas identidades, suas culturas. • Pela demarcação imediata das terras indígenas! Abaixo o “marco Temporal”! Pelo fim da violência contra os povos indígenas! Em defesa da cultura dos povos originários! Em defesa da Reparação histórica aos povos originários!

13. Estatização do transporte, acessibilidade e mobilidade urbana

O transporte público no país é em geral um desastre, caríssimo e de péssima qualidade. Os ônibus muitas vezes são velhos e desconfortáveis. As empresas que exploram o transporte público ganham fortunas. O povo gasta parte importante de seu salário e 3-4 horas de seus dias para ir e voltar do trabalho. O transporte é um direito público, e como tal deve ser garantido.

Todos os dias, milhares de trabalhadores (as) são transportados em veículos precários, inseguros e de alto custo nas grandes cidades do Maranhão. O Transporte coletivo é um serviço público que por meio de concessão é repassado a uma meia dúzia de empresários que exploram os usuários e seus funcionários com altas tarifas e baixos salários. É preciso acabar com os privilégios dos grandes empresários.

É necessário priorizar o pedestre sobre todos os modos de transporte, os não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado, permitindo uma mobilidade mais rápida e segura.

Defendemos uma empresa de transporte urbano estadual que garanta passagem mais barata e passe livre para estudantes e desempregados, rumo a tarifa zero. Também estatizaremos os serviços de travessia de ferry-boat para dar qualidade e garantir menores preços para a população.

No tocante à mobilidade urbana e acessibilidade, é necessário um amplo processo de reforma nas cidades que garanta calçadas e passeios públicos acessíveis para as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, assim como instalação de sinais sonoros.

A política de acessibilidade do estado do Maranhão precisa garantir o acesso de todas as pessoas aos equipamentos, meios de transporte e de comunicação e espaços de uso público, visando assegurar os direitos fundamentais da pessoa, priorizando as com deficiências e/ou com mobilidade reduzida.

14. Esporte e Lazer

O estado deve garantir à população acesso universal ao esporte e lazer. Devem ser criados espaços nas várias regiões do estado para a prática de atividades físicas e esportivas e garantia das manifestações artísticas.

Essa iniciativa deve ser associada à educação pública por meio da construção de praças esportivas e teatro nas escolas públicas e com as mesmas abertas à comunidade.

O Estado deve estimular certames esportivos estudantis e amadoras assim como festivais artísticos como forma de tornar possível a descoberta de novos talentos.

15. Turismo

O turismo deve ter uma relação estreita com a cultura e a garantia da preservação do patrimônio histórico e o meio ambiente. Manteremos um calendário anual de atividades culturais no estado.

Faremos investimentos públicos nas várias regiões para que se evite a privatização dos vários pontos turísticos no estado, muitos deles ocupados e em desrespeito às áreas de preservação ambiental.

16. Por um novo plano de Segurança Pública

A violência urbana é um problema gravíssimo, em particular nos bairros pobres das grandes cidades. O povo pobre sofre uma tripla ameaça, das gangues do narcotráfico, das milícias e da polícia. O tráfico de drogas gera uma burguesia lumpem que movimenta bilhões, corrompe parte da polícia, recruta a juventude e controla regiões inteiras.

A polícia invade os bairros, assassina a juventude negra e nunca, jamais, acaba com o tráfico de drogas. As milícias substituem as gangues do narcotráfico com outras gangues, com policiais e ex-policiais transformados em bandidos. Quem sofre as consequências dessa realidade é o povo pobre, em particular a juventude.

Os assassinatos de jovens negros são as maiores causas de mortes nessa faixa etária. A burguesia utiliza o crescimento da violência para defender mais do mesmo, o aumento da violência policial. Bolsonaro, com sua postura de fuzilamento sumário nos bairros pobres, é uma expressão dessa política. A violência urbana é um subproduto do desemprego - subemprego e da criminalização das drogas.

Nós propomos inverter essa lógica. Por um lado, defendemos o pleno emprego, o fim da precarização do trabalho e aumentos salariais, que junto as oportunidades reais de educação e lazer, deem uma alternativa para a juventude. Por outro lado, defendemos a descriminalização das drogas.

O uso de drogas deve ser encarado como um problema de saúde pública, não de repressão policial. A descriminalização acabará com o comercio ilegal, com as gangues bilionárias, a corrupção policial por essas gangues. Além disso, defendemos a desmilitarização e o fim das polícias atuais. Defendemos a criação de outra polícia, com seus comandantes eleitos pela população. Isso pode favorecer um controle por parte da população sobre as polícias.

Essa violência e a insegurança no Brasil e no Maranhão são assustadoras e estão em primeiro plano nos reclames da população. Quem tem dinheiro contrata vigilância eletrônica, segurança particular e compra carro blindado. Quem não tem, pode ser assaltado dentro do ônibus, no caminho do trabalho ou da residência, principalmente as mulheres pobres da periferia que estão em situação de maior vulnerabilidade.

São jovens desempregados, negros em sua maioria, com baixa escolaridade, que estão sendo arrastados para o crime e suas respectivas facções. O crescimento dos casos de homicídios praticados contra jovens negros no Maranhão alcançou a impressionante marca de 209% segundo dados do Mapa da Violência 2012: a cor dos homicídios no Brasil.(atualizar)

O Maranhão tem uma população carcerária acima de 8,8 mil pessoas e dispõe de 5,2 mil vagas para acomodá-las, o que lhe dá um deficit carcerário de 3,5 mil vagas e uma taxa de ocupação de 167%. O estudo revela que 59% dos prisioneiros do Maranhão estão encarcerados sem nenhum tipo de condenação e que a grande maioria dos prisioneiros maranhenses, 84%, é de cor negra, 15% de cor branca e 1% amarela.(atualizar)

É hora de discutir com seriedade o tema da violência, e encarar o desafio de apontar uma resposta de esquerda a este problema. Existem duas causas básicas do aumento da violência, que são inerentes ao sistema capitalista e seus planos neoliberais: o desemprego e a miséria.

Em defesa da juventude!

A juventude é muitas vezes a vanguarda nas lutas por um motivo simples: não tem alternativas na situação atual. Não existem perspectivas de emprego, se impondo muitas vezes o desemprego ou um subemprego ultra precarizado, de entrega de comida, serviços de motoboy, call center, etc.

As condições de educação, saúde, esporte e cultura são péssimas, acompanhando a decadência do país. A violência policial mata diretamente os jovens negros na periferia. Nós defendemos uma reversão imediata dessa realidade. Emprego para todos os jovens, como parte do plano de obras públicas! Auxílio emergencial para todos os jovens desempregados de um salário mínimo! Fim da violência policial contra a juventude negra! Garantia de educação e saúde pública gratuita e de qualidade! Investimento no esporte e na cultura para possibilitar a inclusão da energia física e criativa da juventude do país! Acesso gratuito à internet para todos!

O PSTU implementará um plano de emergência que entre vários pontos contenha um plano de obras públicas que gere empregos, a democratização da Justiça, prevenção social do crime e da violência, garantia de políticas de educação, punição exemplar aos grandes corruptos e corruptores e fortalecimento dos Conselhos Comunitários de Segurança que são fundamentais para discutir a melhor política de segurança para o estado. Defendemos o fim da PM e uma polícia civil unificada e controlada pela população. Defendemos a legalização das drogas. Não à criminalização dos pobres e dos lutadores e lutadoras.

17. Conselhos populares

Por fim, defendemos a criação dos conselhos populares que pensem e definam todo o orçamento do Estado que deve estar a serviço dos trabalhadores e trabalhadoras que possuem a capacidade de definir qual a melhor maneira e com o que deve ser gasto o orçamento estadual. Trata-se de uma forma também de educar o nosso povo para com suas reflexões e decisões contribuir juntamente com as lutas diretas no fim de todas as desigualdades, injustiças e exploração da nossa classe, impulsionando a auto-organização dos trabalhadores e dos setores populares. Por um governo socialista dos trabalhadores. Operários e o povo pobre no poder.

Fazemos um chamado a todos os trabalhadores e trabalhadoras a se rebelar nessa eleição e construir a luta direta para a garantia dos nossos direitos. Só a luta muda a vida. O Brasil precisa de uma revolução socialista.

Hertz Dias - candidato à Governador.

Jayro Mesquita - candidato à Vice-Governadora.

SENADORES:

SAULO COSTA ARCANGELI - **SAULO ARCANGELI**

WAGNER CONCEICAO DA SILVA - **WAGNER SILVA**

HERNANDO CUNHA BARBOSA - **HERNANDO CUNHA**

DEPUTADO(A)S FEDERAIS:

BENISSON VIANA SANTOS - **BENNÃO VIANA**

KARASCO TOURO DELGADO - **TOURIN**

MANOEL GUIMARAES FILHO - **SARGENTO GUIMARÃES**

LUCIANA COSTA CORREA - **PRETA LU**

SILMARA ALVES DE CARVALHO - **SILMARA**

DEPUTADO(A)S ESTADUAIS:

ANTONIO APARECIDO SOUZA DOS SANTOS - **ANTONIO DINHO**

DANIEL PAVAO ROCHA - **DANIEL PAVÃO**

DOMINGOS LOPES DA SILVA FILHO - **DOMINGOS FILHO**

WALTER THEOPHILO MAIA NETO - **PROFESSOR WALTER MAIA**

CLAUDIONICE ALVES DURANS - **NICINHA DURANS**

LUZIVANDA DAMASCENO DA SILVA RAMOS - **LUZIVANDA**



**POLO
SOCIALISTA
REVOLUCIONÁRIO**